

Demonstrações Financeiras

2T18

Banco
PAN

Relatório da Administração

2T18

Banco
PAN

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. (“PAN”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Financeiras referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

AMBIENTE ECONÔMICO

Influenciada pela paralisação dos caminhoneiros, a produção industrial de maio registrou queda de 10,9% na comparação mensal, ocasionando em queda de 6,6% na comparação anual. Do lado da demanda, as vendas no varejo contraíram 0,6% em maio na comparação com abril. Já no varejo ampliado, que inclui vendas de veículos e materiais de construção, o recuo foi ainda maior, registrando queda de 4,9%.

A carteira de crédito encerrou o mês de junho com saldo de R\$ 3,1 trilhões, porém, as perspectivas para recuperação das operações de crédito seguem assimétricas, com um desempenho mais favorável no segmento de pessoas físicas que no de pessoas jurídicas. Para pessoas jurídicas, a recuperação da oferta de crédito tem ficado aquém do crédito para pessoa física, embora já mostre sinais incipientes de recuperação. Entretanto, a piora das condições financeiras na margem, com a alta das taxas de juros e um Real mais fraco, podem trazer novos obstáculos à retomada do crédito para pessoa jurídica, uma vez que maiores custos de financiamento podem reduzir a demanda por crédito.

A inflação, medida pelo IPCA, registrou alta de 1,26% em junho. O número foi altamente impactado pela interrupção das cadeias de fornecimento durante a greve dos caminhoneiros, acarretando na forte alta dos preços. Foi a primeira vez desde janeiro de 2016 que o índice fica acima de 1%. Essa alta contribuiu para a aceleração da inflação acumulada em 12 meses, que avançou para 4,39% (ante 2,86% no mesmo período do ano passado). No acumulado do ano, o índice ficou em 2,6%.

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED (fluxo de emprego formal publicado pelo Ministério do Trabalho), junho foi o primeiro mês de 2018 em que as demissões superaram as contratações no mercado de trabalho formal, resultando em destruição líquida de 661 postos de trabalho. Apesar do resultado negativo no mês de junho, houve criação líquida de 392,4 mil empregos com carteira assinada no primeiro semestre do ano. Ainda de acordo com o Caged, apesar de pouco representativos no saldo de admissões, os novos contratos permitidos pela reforma trabalhista (trabalho parcial e intermitente) continuam crescendo. No mês de junho foram criadas 2.688 novas vagas em trabalhos intermitentes, enquanto o sistema de jornada parcial apresentou saldo líquido de 988 vagas.

Em relação ao desemprego, o IBGE informou em sua divulgação da PNAD contínua que a taxa de desemprego atingiu uma média de 12,7% no trimestre encerrado em maio, permanecendo estável em relação ao trimestre anterior, porém, com queda em relação ao mesmo trimestre do ano passado quando o índice foi de 13,3%. Foi observada queda de 1,1% nos empregos formais frente ao trimestre anterior, enquanto o setor informal apresentou aumento de 2,9% no trimestre, registrando aumento de 5,7% na comparação anual.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do PAN entre Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (em conjunto “conglomerado Caixa”), e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do PAN, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao PAN alternativas de *funding* com custo competitivo.

ESTRUTURA DO BANCO

Com 2.204 funcionários, o PAN possui 60 Postos de Atendimento PAN exclusivos nas principais cidades do Brasil, distribuídos geograficamente de acordo com o PIB de cada região (Sudeste: 31, Nordeste: 12, Sul: 9, Centro-Oeste: 5 e Norte: 3). Vale destacar que cada vez mais o PAN amplia seu time de tecnologia e transformação digital, que representava 10% do total de colaboradores ao final do 2º trimestre de 2018.

No encerramento do 2T18, o PAN contava com 728 correspondentes bancários originando créditos consignados e 6.271 lojas multimarcas parceiras na originação de veículos.

O Banco encerrou o trimestre com 4,4 milhões de clientes ativos e 2,2 milhões de cartões de crédito emitidos, e para melhorar o atendimento, reduzindo custo, o foco tem sido ampliar as alternativas para autoatendimento. Além disso, o histórico de mais de 20 milhões de clientes destaca o forte potencial de *cross-sell* entre produtos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Originação de Varejo e Carteira de Crédito

Durante o 2º trimestre de 2018, o PAN originou uma média mensal de R\$ 1.356 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 1.539 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 1.460 milhões do 2º trimestre de 2017. A redução em relação ao trimestre anterior é justificada principalmente pela sazonalidade do 1º trimestre do ano quando geralmente ocorrem reajustes nos salários e benefícios de convênios importantes.

No crédito, o PAN está reforçando sua estratégia de priorização do cliente, visando melhor atender suas necessidades, indo além da aprovação ou não, mas avaliando a melhor combinação entre cliente, proposta e taxa, mantendo sua rentabilidade. Para isso, têm sido utilizados dados não estruturados (fora dos *bureaux* tradicionais de Serasa e Boa Vista) e modelos de *Machine Learning* para melhorar a decisão de crédito, além da proximidade com diferentes *startups* para estar sempre conectado com o que tem de mais novo no mercado.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de Varejo e crédito Corporativo, encerrou o 2º trimestre em R\$ 19.397 milhões, avançando 1,5% em relação aos R\$ 19.101 milhões do 1º trimestre de 2018 e praticamente estável em relação aos R\$ 19.491 milhões do 2º trimestre de 2017. É possível notar que mesmo nesta estabilidade anual, a carteira de consignado avançou 8%, a carteira de Veículos cresceu 9% e a carteira de Crédito Corporativo, em *run off*, recuou 42%.

Durante o 2º trimestre de 2018, o PAN cedeu créditos sem coobrigação no montante de R\$ 1.159 milhões. O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto os créditos retidos no balanço do PAN, como o saldo acumulado das carteiras cedidas para a Caixa, encerrou o trimestre em R\$ 33,7 bilhões.

Consignado (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Com relação aos empréstimos, no 2º trimestre de 2018, foram concedidos R\$ 2.244 milhões para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos R\$ 2.721 milhões originados no 1º trimestre de 2018, e aos R\$ 2.480 milhões originados no 2º trimestre de 2017. Em cartões de crédito consignado, foram originados R\$ 155 milhões em transações durante o 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 174 milhões originados no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 166 milhões originados no 2º trimestre de 2017. A redução no trimestre está associada à forte sazonalidade do 1º trimestre que conta com reajustes de salários e benefícios em importantes convênios.

A carteira de empréstimos Consignados encerrou o trimestre com saldo de R\$ 8.520 milhões, registrando aumento de 5% em relação aos R\$ 8.129 milhões do 1º trimestre de 2018 e aumento de 7% frente aos R\$ 7.989 milhões do final do 2º trimestre de 2017. A carteira de cartões de crédito Consignado também avançou no trimestre encerrando com saldo de R\$ 1.338 milhões, registrando crescimento de 2% frente ao saldo de R\$ 1.311 milhões do trimestre anterior e alta de 14% em relação ao saldo de R\$ 1.177 milhões do final do 2º trimestre de 2017.

Financiamento de Veículos

O Banco conta com 6.271 lojas multimarcas parceiras, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos de veículos. O foco da operação é no financiamento de carros usados (entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de sua *expertise* em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno, além de se beneficiar do ótimo relacionamento com os parceiros comerciais.

Em motos, o PAN é o líder no segmento, excluindo banco de montadora. A atuação em nicho específico garante uma excelente performance, atuando com jovens de baixa renda, capturando ganho com seu longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

No segundo trimestre de 2018, foram originados R\$ 882 milhões em novos financiamentos, incluindo veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 952 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 853 milhões originados no 2º trimestre de 2017.

A originação de veículos leves foi de R\$ 669 milhões no 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 745 milhões originados no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 701 milhões originados no 2º trimestre de 2017, enquanto que no segmento de motos, foram originados R\$ 213 milhões no 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 207 milhões no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 149 milhões no 2º trimestre de 2017.

A carteira de crédito de veículos encerrou o segundo trimestre em R\$ 6.243 milhões, registrando aumento de 2% em relação aos R\$ 6.112 milhões do 1º trimestre de 2018 e aumento de 9% em relação aos R\$ 5.720 milhões ao final do 2º trimestre de 2017.

Na linha de transformação digital, o PAN criou um simulador que permite a pré-análise do crédito com poucas informações, além de pagamento automático em caso de aprovação, trazendo muita agilidade e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final.

Cartões de Crédito Institucional

A estratégia de originação em cartões está focada em parcerias *co-branded* e canais digitais, além de maximizar o *cross sell* com investimento em CRM (*Customer Relationship Management*).

Durante o 2º trimestre de 2018 as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 787 milhões, registrando um aumento frente aos R\$ 771 milhões transacionados no 1º trimestre de 2018 e estável em relação aos R\$ 788 milhões no 2º trimestre de 2017.

A carteira de cartões apresentou uma leve queda, encerrando o trimestre com saldo de R\$ 900 milhões, frente aos saldos de R\$ 930 milhões do 1º trimestre de 2018 e R\$ 952 milhões do 2º trimestre de 2017.

Seguros

O PAN originou o montante de R\$ 54 milhões em prêmios de seguros durante o 2º trimestre de 2018, aumentando o volume de origem de prêmios em relação ao trimestre anterior.

Os prêmios originados no trimestre apresentaram a seguinte composição: R\$ 44,6 milhões de seguros de proteção de crédito, R\$ 4,3 milhões de seguros habitacionais, R\$ 3,2 milhões de seguros de cartões e R\$ 2,3 milhão provenientes de outros seguros.

Crédito Corporativo (*run off*)

A carteira de Crédito Corporativo, que inclui avais e fianças, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.367 milhões, frente ao saldo de R\$ 1.545 milhões ao final do 1º trimestre de 2018 e ao saldo de R\$ 2.362 milhões no 2º trimestre de 2017. Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias.

Crédito Imobiliário (*run off*)

O saldo dos créditos concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 2º trimestre de 2018 em R\$ 597 milhões, frente aos R\$ 631 milhões no 1º trimestre de 2018 e R\$ 716 milhões, no 2º trimestre de 2017. Já os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 326 milhões no encerramento do 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 337 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 490 milhões do 2º trimestre de 2017.

Captação De Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 19,1 bilhões no encerramento de junho de 2018, registrando um aumento de 7% em relação ao saldo de R\$ 17,9 bilhões em março de 2018, mas 5% inferior ao saldo de R\$ 20,2 bilhões em junho de 2017. Esse saldo era composto por: (i) depósitos interfinanceiros, representando R\$ 8,2 bilhões, ou 43% do total; (ii) depósitos a prazo, representando R\$ 7 bilhões, ou 36% do total; (iii) emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,8 bilhão, ou 9% do total; (iv) letras de crédito imobiliário e do agronegócio, totalizando R\$ 1 bilhão, ou 5% do total; (v) letras financeiras equivalentes a R\$ 628 milhões, ou 3% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 560 milhões, equivalentes a 3% das captações totais.

Na mesma linha de transformação Digital, o PAN lançou uma nova versão do app PAN Investimentos, permitindo simular retornos das alternativas de investimento e vem ampliando o número de contas e investimentos de forma importante.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Resultados

Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

No 2º trimestre de 2018, a margem financeira líquida gerencial foi de 17,6% a.a., frente aos 18,1% a.a. do 1º trimestre de 2018 e à margem de 17,0% a.a. registrada no 2º trimestre de 2017.

Despesas com PDD e Recuperação de Crédito

No 2º trimestre de 2018, as despesas com provisões totalizaram R\$ 310 milhões, frente às despesas de R\$ 294 milhões no 1º trimestre de 2018 e de R\$ 246 milhões no 2º trimestre de 2017. A recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 53 milhões durante o trimestre, frente aos volumes de R\$ 49 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 54 milhões do 2º trimestre de 2017. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 257 milhões, frente aos R\$ 245 milhões no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 192 milhões do 2º trimestre de 2017.

Na cobrança, o PAN vem otimizando a forma de atuar, ampliando o leque de condições para o cliente regularizar sua dívida e contando com a utilização de *analytics* que definem o melhor desconto para o cliente, melhor canal de abordagem e melhor produto a ser ofertado. O posicionamento digital do PAN na cobrança também está ganhando destaque, e já responde por mais de 20% nas plataformas de autosserviço, que traz maior dinamismo e personalização nas negociações e redução de custo.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 278 milhões no 2º trimestre de 2018, apresentando aumento em relação aos R\$ 250 milhões do 1º trimestre de 2018, mas estável em relação aos R\$ 278 milhões do 2º trimestre de 2017. As despesas com originação de créditos somaram R\$ 198 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 236 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 244 milhões do 2º trimestre de 2017, movimentos justificados principalmente pelos diferentes volumes de originação de cada trimestre.

Na comparação do 1S18 com o 1S17, o PAN apresentou uma redução de R\$ 152 milhões nas despesas totais, uma economia de 14%, pautada por redução de estrutura, ganho de eficiência e foco na originação. Tendo em vista a constante busca por melhoria de eficiência, o PAN vem otimizando sua estrutura de custos e investindo constantemente em tecnologia, inclusive na automação do *back office*.

Resultado Líquido

No 2º trimestre de 2018, o PAN registrou lucro líquido de R\$ 42,2 milhões, frente ao lucro de R\$ 56,6 milhões do 1º trimestre de 2018 e de R\$ 42,8 milhões registrado no 2º trimestre de 2017, mostrando recorrência de resultados positivos.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.016 milhões no final de junho de 2018, frente ao saldo de R\$ 3.990 milhões em março de 2018 e aos R\$ 3.460 milhões em junho de 2017.

Após aplicação integral das regras de Basileia III, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 2º trimestre de 2018 em 13,7%, sendo 11,7% de Capital Principal, frente aos 14,2%, com 11,4% de Capital Principal, registrados ao final do 1º trimestre de 2018 e aos 11,6%, com 8,5% de Capital Principal, registrados no 2º trimestre de 2017. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial neste 2º trimestre foi de R\$ 537,7 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.


BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE		12.067.423	11.613.123	12.139.326	11.745.996
Disponibilidades	5	6.096	13.685	8.347	15.503
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.078.240	218.727	1.078.240	217.265
Aplicações no mercado aberto		1.072.457	-	1.072.457	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.783	218.727	5.783	217.265
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	477.279	823.194	480.898	859.957
Carteira própria	7.a	127.235	341.253	130.813	366.046
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	319.666	464.261	319.666	464.261
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	30.378	17.680	30.378	17.680
Vinculados a prestação de garantias	7.a	-	-	41	11.970
Relações interfinanceiras		43.108	41.397	43.108	41.397
Pagamentos e recebimentos a liquidar		17.197	18.378	17.197	18.378
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		799	1.299	799	1.299
Correspondentes no País		25.112	21.720	25.112	21.720
Operações de crédito	8	7.556.377	7.916.971	7.556.377	7.916.971
Operações de crédito - setor privado		8.454.256	8.848.999	8.454.256	8.848.999
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(897.879)	(932.028)	(897.879)	(932.028)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	382
Operações de arrendamento a receber		-	-	144	585
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(144)	(203)
Outros créditos		2.527.913	2.178.918	2.582.921	2.258.454
Carteira de câmbio	9.a	62.779	190.420	62.779	190.420
Rendas a receber		6.951	4.251	1.737	1.772
Negociação e intermediação de valores		7.466	1.512	7.466	2.575
Recebíveis imobiliários	10	-	-	7.958	8.424
Títulos e créditos a receber	8 e 11	774.283	776.697	775.987	776.697
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(78.987)	(41.187)	(78.987)	(41.187)
Diversos	11	1.755.421	1.247.225	1.805.981	1.319.753
Outros valores e bens		378.410	420.231	389.435	436.067
Outros valores e bens	12.a	401.783	384.480	413.138	400.148
(Provisão para desvalorização)	12.a	(59.130)	(53.100)	(60.355)	(54.817)
Despesas antecipadas	12.b	35.757	88.851	36.652	90.736
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.828.268	14.518.480	14.354.123	15.246.739
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.240.889	1.236.359	1.473.009	1.677.947
Carteira própria	7.a	173.839	116.392	403.529	365.809
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	571.619	635.482	571.619	635.482
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	294.427	177.694	294.427	166.650
Vinculados ao Banco Central	7.a	-	-	-	100.772
Vinculados à prestação de garantias	7.a	201.004	306.791	203.434	409.234
Operações de crédito	8	9.452.061	9.236.175	9.452.061	9.236.175
Operações de crédito - setor privado		9.781.336	9.510.430	9.781.336	9.510.430
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(329.275)	(274.255)	(329.275)	(274.255)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	22
Operações de arrendamento a receber		-	-	-	50
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	-	(28)
Outros créditos		3.047.721	3.903.373	3.339.448	4.186.484
Créditos específicos		-	-	775	1.223
Recebíveis imobiliários	10	-	-	3.376	11.120
Títulos e créditos a receber	8 e 11	76.583	54.922	76.583	54.922
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(18.349)	(5.423)	(18.349)	(5.423)
Diversos	11	2.989.487	3.853.874	3.277.063	4.124.642
Outros valores e bens		87.597	142.573	89.605	146.111
Despesas antecipadas	12.b	87.597	142.573	89.605	146.111
PERMANENTE		1.175.701	1.107.259	185.856	247.257
Investimentos		999.015	917.172	379	45.731
Participações em controladas	13.a	998.636	916.793	-	45.352
Outros investimentos	13.b	379	379	379	379
Imobilizado de uso	14	26.299	33.379	26.299	33.379
Outras imobilizações de uso		69.823	71.683	69.823	71.721
(Depreciações acumuladas)		(43.524)	(38.304)	(43.524)	(38.342)
Intangível	15	150.387	156.708	159.178	168.147
Ativos intangíveis		385.129	350.482	406.977	372.827
(Amortizações acumuladas)		(234.742)	(193.774)	(247.799)	(204.680)
TOTAL DO ATIVO		27.071.392	27.238.862	26.679.305	27.239.992

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE		14.722.947	17.521.780	14.461.145	17.450.163
Depósitos	16.a	10.284.324	12.298.079	10.007.063	12.260.728
Depósitos à vista		21.599	43.975	21.562	43.939
Depósitos interfinanceiros		8.363.384	11.975.823	8.114.843	11.938.540
Depósitos a prazo		1.899.341	278.281	1.870.658	278.249
Captações no mercado aberto	16.b	797.710	1.011.497	797.710	1.011.497
Carteira própria		790.957	1.011.497	790.957	1.011.497
Carteira de terceiros		6.000	-	6.000	-
Carteira livre movimentação		753	-	753	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	840.055	1.730.979	840.130	1.677.565
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		840.055	1.730.979	840.130	1.677.565
Relações interfinanceiras	17	780.211	834.660	780.211	834.660
Recebimentos de pagamentos a liquidar		593.017	598.928	593.017	598.928
Correspondentes no País		187.194	235.732	187.194	235.732
Relações interdependências		588	10.212	588	10.212
Recursos em trânsito de terceiros		588	10.212	588	10.212
Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	-	2.147
Empréstimos no Exterior		-	-	-	2.147
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	105.578	64.514	105.578	64.514
Instrumentos financeiros derivativos		105.578	64.514	105.578	64.514
Outras obrigações		1.914.481	1.571.839	1.929.865	1.588.840
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.302	9.489	7.302	9.489
Sociais e estatutárias		93.021	68.484	93.021	68.486
Carteira de câmbio	9.a	-	855	-	855
Fiscais e previdenciárias	21.a	24.753	33.686	29.370	39.812
Negociação e intermediação de valores		7.255	12.248	10.045	15.114
Dívidas subordinadas	19	223.273	111.352	223.273	111.352
Diversas	21.b	1.558.877	1.335.725	1.566.854	1.343.732
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		8.332.024	6.256.484	8.201.739	6.329.231
Depósitos	16.a	5.439.340	3.415.816	5.163.088	3.218.150
Depósitos interfinanceiros		48.134	42.741	48.134	42.741
Depósitos a prazo		5.391.206	3.373.075	5.114.954	3.175.409
Captações no mercado aberto	16.b	106.160	99.482	98.458	92.355
Carteira própria		106.160	99.482	98.458	92.355
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	611.460	810.932	615.428	817.433
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		611.460	810.932	615.428	817.433
Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	-	135.898
Empréstimos no Exterior		-	-	-	135.898
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	45.996	104.440	45.996	104.309
Instrumentos financeiros derivativos		45.996	104.440	45.996	104.309
Outras obrigações		2.129.068	1.825.814	2.278.769	1.961.086
Sociais e estatutárias		38.634	-	38.634	-
Fiscais e previdenciárias	21.a	5.237	-	94.943	92.102
Dívidas subordinadas	19	1.762.082	1.675.519	1.762.082	1.675.519
Diversas	21.b	323.115	150.295	383.110	193.465
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		43	388	43	388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.016.378	3.460.210	4.016.378	3.460.210
Capital social:	22	3.653.410	3.460.732	3.653.410	3.460.732
De domiciliados no País		3.284.536	3.058.809	3.284.536	3.058.809
De domiciliados no Exterior		368.874	401.923	368.874	401.923
Reserva de capital		207.322	-	207.322	-
Reserva de lucros		108.495	-	108.495	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(12.979)	(12.674)	(12.979)	(12.674)
Lucros acumulados		60.130	12.152	60.130	12.152
TOTAL DO PASSIVO		27.071.392	27.238.862	26.679.305	27.239.992

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		1º Semestre 2018	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.580.874	4.248.660	3.608.178	4.293.890
Rendas de operações de crédito	8.g	3.349.310	4.156.664	3.353.998	4.225.701
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	-	180	591
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	79.018	184.428	101.454	162.531
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	141.399	(108.209)	141.399	(110.710)
Resultado de operação de câmbio	9.b	11.147	15.777	11.147	15.777
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.652.850)	(1.869.713)	(1.636.875)	(1.967.370)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.049.342)	(1.358.660)	(1.033.266)	(1.386.560)
Operações de empréstimos e repasses	18	-	-	-	(6.618)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(603.508)	(511.053)	(603.609)	(574.192)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.928.024	2.378.947	1.971.303	2.326.520
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.715.595)	(2.237.049)	(1.748.386)	(2.218.733)
Receitas de prestação de serviços	23	164.957	201.677	179.015	213.222
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	20.238	(70.175)	-	(3.257)
Despesas de pessoal	24	(205.193)	(241.953)	(205.962)	(246.104)
Outras despesas administrativas	25	(874.919)	(1.177.312)	(892.383)	(1.203.956)
Despesas tributárias	26	(79.373)	(122.164)	(85.609)	(133.627)
Outras receitas operacionais	27.a	98.240	97.136	108.077	118.834
Outras despesas operacionais	27.b	(839.545)	(924.258)	(851.524)	(963.845)
RESULTADO OPERACIONAL		212.429	141.898	222.917	107.787
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(5.118)	(4.306)	(4.784)	(5.204)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		207.311	137.592	218.133	102.583
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	(108.547)	(91.129)	(119.369)	(56.120)
Provisão para imposto de renda		(3.511)	(769)	(9.700)	(5.217)
Provisão para contribuição social		(3.286)	(1.032)	(5.793)	(2.876)
Ativo fiscal diferido		(101.750)	(89.328)	(103.876)	(48.027)
LUCRO LÍQUIDO		98.764	46.463	98.764	46.463
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	22.d	(38.634)	-	(38.634)	-
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$					
(Representado por 1.141.806.121 ações em 30/06/2018 e 929.040.163 ações em 30/06/2017)		0,09	0,05		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
RECEITAS	2.370.439	3.114.703	2.411.197	3.095.231
Intermediação financeira	3.580.874	4.248.660	3.608.178	4.293.890
Prestação de serviços	164.957	201.677	179.015	213.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(603.508)	(511.053)	(603.609)	(574.192)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(771.884)	(824.581)	(772.387)	(837.689)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.049.342)	(1.358.660)	(1.033.266)	(1.393.178)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(842.167)	(1.138.315)	(859.670)	(1.164.411)
Materiais, energia e outros	(1.695)	(1.794)	(1.699)	(1.799)
Serviços de terceiros	(104.127)	(104.140)	(113.976)	(114.728)
Outras	(736.345)	(1.032.381)	(743.995)	(1.047.884)
Comissões pagas a correspondentes bancários	(466.116)	(751.434)	(469.757)	(753.209)
Processamento de dados	(87.319)	(84.822)	(87.416)	(85.429)
Serviços do sistema financeiro	(65.945)	(83.654)	(66.469)	(86.382)
Comunicações	(23.027)	(22.526)	(23.187)	(22.620)
Propaganda, promoções e publicações	(14.346)	(11.752)	(14.648)	(12.617)
Transportes	(2.298)	(3.094)	(2.308)	(3.107)
Manutenção e conservação de bens	(2.656)	(2.485)	(2.661)	(2.489)
Viagens	(1.026)	(1.951)	(1.030)	(1.967)
Outras	(73.612)	(70.663)	(76.519)	(80.064)
VALOR ADICIONADO BRUTO	478.930	617.728	518.261	537.642
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(25.937)	(23.661)	(27.012)	(29.586)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	452.993	594.067	491.249	508.056
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	20.238	(70.175)	-	(3.257)
Resultado de equivalência patrimonial	20.238	(70.175)	-	(3.257)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	473.231	523.892	491.249	504.799
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	473.231	523.892	491.249	504.799
Pessoal	177.826	209.075	178.478	212.676
Remuneração direta	137.491	156.865	137.911	159.727
Benefícios	29.990	35.067	30.183	35.537
FGTS	9.075	15.747	9.113	16.011
Outros	1.270	1.396	1.271	1.401
Impostos, taxas e contribuições	215.288	246.472	232.462	223.548
Federal	207.912	237.050	224.789	206.456
Estadual	4	7	4	7
Municipal	7.372	9.415	7.669	17.085
Remuneração de capitais de terceiros	19.987	21.882	20.179	22.112
Aluguéis	19.987	21.882	20.179	22.112
Remuneração de capitais próprios	60.130	46.463	60.130	46.463
Juros sobre o capital próprio provisionado	(38.634)	-	(38.634)	-
Lucro líquido retido	98.764	46.463	98.764	46.463

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.585	-	1.585
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	46.463	46.463
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	3.460.732	-	-	-	(12.674)	12.152	3.460.210
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
Aumento de capital (Nota 22b)	192.678	207.322	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	424	-	424
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	98.764	98.764
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(38.634)	(38.634)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	3.653.410	207.322	8.915	99.580	(12.979)	60.130	4.016.378

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
LUCRO LÍQUIDO	98.764	46.463	98.764	46.463
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e amortizações	14.461	16.815	14.486	17.060
Amortização de ágio	11.476	6.846	12.526	12.526
Constituição de provisão para contingências	119.532	134.298	124.141	147.249
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(5.477)	(3.600)	(5.600)	(5.032)
Perda/(Ganho) na venda de bens não de uso próprio	9.496	(2.393)	9.285	(102)
Perda por <i>impairment</i>	1.113	10.303	1.113	10.376
Equivalência patrimonial	(20.238)	70.175	-	3.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	603.508	511.053	603.609	574.192
Imposto de renda e contribuição social - diferido	101.750	89.328	103.876	48.027
Resultado líquido ajustado	934.385	879.288	962.200	854.016
Variação de Ativos e Passivos:				
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	259.069	1.579.357	259.069	905.119
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	50.769	(34.030)	86.462	(74.753)
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	(204.507)	5.685	(204.507)	132
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(87.632)	56.415	(87.632)	56.415
(Aumento) em operações de crédito	(1.223.162)	(1.913.178)	(1.223.515)	(873.734)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	176	666
(Aumento) em outros créditos	(237.353)	(498.504)	(225.881)	(232.363)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(63.798)	(170.694)	(62.739)	16.299
Aumento em depósitos	1.588.819	1.165.006	1.514.598	1.144.344
(Redução) em captações no mercado aberto	(695.444)	(917.043)	(695.319)	(920.772)
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(383.212)	717.129	(383.383)	(142.496)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	397.911	(23.406)	400.699	(66.310)
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(3.921)	3.427	(3.921)	3.427
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(49)	(406)	(49)	(406)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.509)	(1.804)	(11.023)	(2.729)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	327.366	847.242	325.235	666.855
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de bens não de uso próprio	84.749	63.499	84.919	63.944
Aumento de investimentos em coligadas e controladas	-	(150.000)	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(4.339)	(633)	(4.339)	(633)
Aumento de intangível	(26.270)	(24.884)	(26.270)	(5.221)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	54.140	(112.018)	54.310	58.090
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
(Redução) de letras financeiras	(385.137)	(398.699)	(385.137)	(398.699)
(Redução) de dívidas subordinadas	(65.964)	(60.749)	(65.964)	(60.749)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(26.519)	(119.515)	(26.519)	(119.515)
Aumento de capital	400.000	-	400.000	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(77.620)	(578.963)	(77.620)	(578.963)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	303.886	156.261	301.925	145.982
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE (Nota 5)	162.248	7.424	166.460	19.521
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (Nota 5)	466.134	163.685	468.385	165.503
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Juros pagos	(1.100.724)	(1.720.208)	(1.099.468)	(1.739.265)
Juros recebidos	4.044.883	4.279.256	4.064.758	4.298.012
Transferência de ativos não de uso próprio	(1.166)	(5.464)	(1.166)	(5.464)
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda	613	2.626	613	2.626

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 30/06/2018:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396.081	60,10	182.266.325	37,60	577.662.406	50,60
Caixa Participações S.A.	262.164.546	39,90	112.732.358	23,30	374.896.904	32,80
Mercado	8	-	189.246.803	39,10	189.246.811	16,60
Total	657.560.635	100,00	484.245.486	100,00	1.141.806.121	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 03/08/2018.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	30/06/2018	30/06/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	-

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pró rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pró rata” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com

suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e

- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	12.089.838	5.713	38.511	3.125	37.521	(35.382)	12.139.326
Realizável a longo prazo	14.022.555	61.707	187.467	228.452	139.238	(285.296)	14.354.123
Permanente	823.185	208	1.622	2.966	-	(642.125)	185.856
Total em 30/06/2018	26.935.578	67.628	227.600	234.543	176.759	(962.803)	26.679.305
Total em 30/06/2017	27.306.130	62.009	382.215	213.383	165.715	(889.460)	27.239.992

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	14.474.908	8.068	10.115	247	3.189	(35.382)	14.461.145
Exigível a longo prazo	8.444.249	12.734	6.876	15.704	7.472	(285.296)	8.201.739
Resultado de exercícios futuros	43	-	-	-	-	-	43
Patrimônio líquido	4.016.378	46.826	210.609	218.592	166.098	(642.125)	4.016.378
Total em 30/06/2018	26.935.578	67.628	227.600	234.543	176.759	(962.803)	26.679.305
Total em 30/06/2017	27.306.130	62.009	382.215	213.383	165.715	(889.460)	27.239.992

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Receitas da intermediação financeira	3.581.054	1.467	2.773	18.083	13.288	(8.487)	3.608.178
Despesas da intermediação financeira	(1.645.361)	-	-	-	-	8.487	(1.636.875)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.935.693	1.467	2.773	18.083	13.288	-	1.971.303
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.740.521)	1.189	(5.696)	(465)	(2.893)	-	(1.748.386)
Resultado de equivalência patrimonial	18.630	-	-	-	-	(18.630)	-
Resultado não operacional	(5.089)	-	169	-	136	-	(4.784)
Provisão para IR e CSLL	(109.949)	(897)	954	(5.909)	(3.568)	-	(119.369)
Resultado Líquido em 30/06/2018	98.764	1.759	(1.801)	11.709	6.963	(18.630)	98.764
Resultado Líquido em 30/06/2017	46.463	3.137	(8.066)	3.549	3.860	(2.480)	46.463

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);

(3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representado pela empresa BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;

(6) Representado pela empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades em moeda nacional	141	218	2.392	2.036
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.955	13.467	5.955	13.467
Subtotal (caixa)	6.096	13.685	8.347	15.503
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	460.038	150.000	460.038	150.000
Total	466.134	163.685	468.385	165.503

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco e Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada	1.065.610	-	-	-	-	1.065.610	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	460.038	-	-	-	-	460.038	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	605.572	-	-	-	-	605.572	-
Posição Financiada	6.043	-	-	-	-	6.043	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.043	-	-	-	-	6.043	-
Posição Vendida	804	-	-	-	-	804	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	804	-	-	-	-	804	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	2.008	3.775	-	5.783	218.727
Total em 30/06/2018	1.072.457	-	2.008	3.775	-	1.078.240	-
Total em 30/06/2017 (Banco)	159.307	-	52.067	7.353	-	-	218.727

Em 30/06/2017 (Consolidado) o saldo das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros totalizava R\$ 217.265, os prazos dessas operações estavam registrados no Ativo Circulante.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	27.569	27.675	27.569	27.675
Posição bancada	20.584	8.568	20.584	8.568
Posição financiada	6.742	19.107	6.742	19.107
Posição vendida	243	-	243	-
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	706	41.750	706	5.906
Total (Nota 7h)	28.275	69.425	28.275	33.581

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2018 e em 30/06/2017, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e valores mobiliários	1.393.363	1.864.179	1.629.102	2.353.574
Carteira própria:	301.074	457.645	534.342	731.855
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	416	2.519
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	232.852	271.670
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	161.014	87.816	161.014	87.816
Letras do Tesouro Nacional – LTN	643	342.046	643	342.046
Notas do Tesouro Nacional – NTN	139.075	27.443	139.075	27.443
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	340	342	340
Cota de fundo de investimento	-	-	-	21
Vinculados a compromisso de recompra:	891.285	1.099.743	891.285	1.099.743
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	571.619	305.595	571.619	305.595
Letras do Tesouro Nacional – LTN	187.729	640.398	187.729	640.398
Notas do Tesouro Nacional – NTN	131.937	153.750	131.937	153.750
Vinculados ao Banco Central:	-	-	-	100.772
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	100.772
Vinculados à prestação de garantias:	201.004	306.791	203.475	421.204
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	201.004	227.761	201.004	291.829
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	79.030	-	79.030
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	34.235
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.471	14.080
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	-	2.030
Instrumentos financeiros derivativos:	324.805	195.374	324.805	184.330
Diferenciais a receber de “swap”	324.026	195.374	324.026	184.330
Opções	779	-	779	-
Total	1.718.168	2.059.553	1.953.907	2.537.904

b) Composição por categorias e prazos Individual e Consolidado:

Banco	30/06/2018								30/06/2017	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação	-	1.747	20.470	2.844	1.507	26.568	26.615	(47)	73.421	277
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	19.288	2.844	-	22.132	22.119	13	45.493	25
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	-	558	-	-	558	557	1	27.928	252
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	1.747	624	-	1.507	3.878	3.939	(61)	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	476.608	434.897	756	912.261	912.167	94	575.679	(33)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	476.608	434.897	-	911.505	911.402	103	575.679	(33)
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	756	756	765	(9)	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	342	444.812	-	9.380	-	454.534	454.534	-	1.215.079	-
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	187.814	-	-	-	187.814	187.814	-	954.516	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	256.998	-	9.380	-	266.378	266.378	-	260.223	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	340	-
Total	342	446.559	497.078	447.121	2.263	1.393.363	1.393.316	47	1.864.179	244

Consolidado	30/06/2018								30/06/2017	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	1.747	20.470	2.844	1.507	26.568	26.615	(47)	73.421	277
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	19.288	2.844	-	22.132	22.119	13	45.493	25
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	-	558	-	-	558	557	1	27.928	252
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	1.747	624	-	1.507	3.878	3.939	(61)	-	-
Títulos disponíveis para venda:	-	3.619	708.728	434.897	756	1.148.000	1.167.649	(19.649)	1.065.074	(19.152)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	476.608	434.897	-	911.505	911.402	103	740.519	151
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	756	756	765	(9)	-	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	41	2.846	-	-	2.887	2.887	-	16.599	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	3.578	229.274	-	-	232.852	252.595	(19.743)	305.905	(19.303)
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	2.051	-
Títulos mantidos até o vencimento:	342	444.812	-	9.380	-	454.534	454.534	-	1.215.079	-
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	187.814	-	-	-	187.814	187.814	-	954.516	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	256.998	-	9.380	-	266.378	266.378	-	260.223	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	340	-
Total	342	450.178	729.198	447.121	2.263	1.629.102	1.648.798	(19.696)	2.353.574	(18.875)

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 9.728 (30/06/2017 – superior em R\$ 15.630); e

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Banco	30/06/2018				30/06/2017			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:		324.805	331.226	(6.421)		195.374	191.332	4.042
Swap	4.405.220	324.026	330.185	(6.159)	2.879.603	195.374	191.332	4.042
Opções a exercer	1.354.250	779	1.041	(262)	-	-	-	-
Posição passiva:		(151.574)	(115.837)	(35.737)		(168.954)	(109.677)	(59.277)
Swap	4.405.220	(151.377)	(115.515)	(35.862)	2.879.603	(168.954)	(109.677)	(59.277)
Opções Lançadas	1.356.650	(197)	(322)	125	-	-	-	-
Subtotal		173.231	215.389	(42.158)		26.420	81.655	(55.235)
Contratos futuros		3.091	3.091	-		(8.826)	(8.826)	-
Posição ativa	13.331.707	7.466	7.466	-	11.434.600	1.512	1.512	-
Posição passiva	13.331.707	(4.375)	(4.375)	-	11.434.600	(10.338)	(10.338)	-
Total		176.322	218.480	(42.158)		17.594	72.829	(55.235)

Consolidado	30/06/2018				30/06/2017			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:		324.805	331.226	(6.421)		184.330	179.829	4.501
Swap	4.405.220	324.026	330.185	(6.159)	2.742.019	184.330	179.829	4.501
Opções a exercer	1.354.250	779	1.041	(262)	-	-	-	-
Posição passiva:		(151.574)	(115.837)	(35.737)		(168.823)	(108.187)	(60.636)
Swap	4.405.220	(151.377)	(115.515)	(35.862)	2.742.019	(168.823)	(108.187)	(60.636)
Opções Lançadas	1.356.650	(197)	(322)	125	-	-	-	-
Subtotal		173.231	215.389	(42.158)		15.507	71.642	(56.135)
Contratos futuros		3.091	3.091	-		(8.826)	(8.826)	-
Posição ativa	13.331.707	7.466	7.466	-	11.434.600	1.512	1.512	-
Posição passiva	13.331.707	(4.375)	(4.375)	-	11.434.600	(10.338)	(10.338)	-
Total		176.322	218.480	(42.158)		6.681	62.816	(56.135)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Swap	273.843	-	102.093	890.808	3.138.476	4.405.220	2.879.603
Dólar x CDI	-	-	50.016	48.267	1.013.276	1.111.559	1.138.816
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.137	1.137	17.528
CDI x Pré	273.843	-	52.077	818.110	2.124.063	3.268.093	1.433.477
Pré x Dólar	-	-	-	24.431	-	24.431	10.214
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
CDI x Libor	-	-	-	-	-	-	137.584
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	83.260	-	2.627.640	-	-	2.710.900	-
Compras Opções	40.556	-	1.313.694	-	-	1.354.250	-
Vendas Opções	42.704	-	1.313.946	-	-	1.356.650	-
Contratos futuros	841.149	27.194	666.341	1.566.240	10.230.783	13.331.707	11.434.600
DDI	17.925	-	9.604	26.288	151.620	205.437	389.550
DI	807.801	-	656.737	1.539.952	10.079.163	13.083.653	10.934.833
Dólar	15.423	27.194	-	-	-	42.617	110.218
Total	1.198.252	27.194	3.396.074	2.457.048	13.369.259	20.447.827	14.314.203

Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Swap	273.843	-	102.093	890.808	3.138.476	4.405.220	2.742.019
Dólar x CDI	-	-	50.016	48.267	1.013.276	1.111.559	1.138.816
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.137	1.137	17.528
CDI x Pré	273.843	-	52.077	818.110	2.124.063	3.268.093	1.433.477
Pré x Dólar	-	-	-	24.431	-	24.431	10.214
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	83.260	-	2.627.640	-	-	2.710.900	-
Compras Opções	40.556	-	1.313.694	-	-	1.354.250	-
Vendas Opções	42.704	-	1.313.946	-	-	1.356.650	-
Contratos futuros	841.149	27.194	666.341	1.566.240	10.230.783	13.331.707	11.434.600
DDI	17.925	-	9.604	26.288	151.620	205.437	389.550
DI	807.801	-	656.737	1.539.952	10.079.163	13.083.653	10.934.833
Dólar	15.423	27.194	-	-	-	42.617	110.218
Total	1.198.252	27.194	3.396.074	2.457.048	13.369.259	20.447.827	14.176.619

e) Local de negociação e contrapartes:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
CETIP (balcão)	4.405.220	2.879.603	4.405.220	2.742.019
B3 S.A. (bolsa)	16.042.607	11.434.600	16.042.607	11.434.600
Total	20.447.827	14.314.203	20.447.827	14.176.619

Contrapartes: Em 30/06/2018 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 78,46% (87,07%), Instituições Financeiras 21,42% (12,88%), e outros 0,12% (0,05%).

f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Instrumentos Financeiros				
Posição Ativa	2.657.696	2.204.809	2.657.696	2.343.004
Swap - Dólar (1)	1.959.040	1.813.383	1.959.040	1.813.383
Futuros DDI BM&F – Dólar (1)	-	-	-	67.458
Swap – Dólar (1)	-	-	-	70.737
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	698.656	391.426	698.656	391.426
Posição Passiva	(7.042.371)	(4.764.642)	(7.042.371)	(4.764.642)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	(786.802)	(1.885.102)	(786.802)	(1.885.102)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(6.255.569)	(2.879.540)	(6.255.569)	(2.879.540)
Objeto de Hedge				
Posição Ativa	5.844.262	4.143.461	5.844.262	4.143.461
Operações de Crédito (3)	5.844.262	4.143.461	5.844.262	4.143.461
Posição Passiva	(2.495.628)	(1.990.167)	(2.495.628)	(2.128.007)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.806.985)	(1.604.232)	(1.806.985)	(1.604.232)
Empréstimos no Exterior (1)	-	-	-	(137.841)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(688.643)	(385.935)	(688.643)	(385.935)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	Banco			Consolidado		
	30/06/2018			30/06/2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	514.397	(308.293)	206.104	514.397	(308.293)	206.104
Opções	327	(1.481)	(1.154)	327	(1.481)	(1.154)
Futuro	976.571	(1.040.122)	(63.551)	976.571	(1.040.122)	(63.551)
Total em 30/06/2018	1.491.295	(1.349.896)	141.399	1.491.295	(1.349.896)	141.399
Total em 30/06/2017	1.055.157	(1.163.366)	(108.209)	1.050.409	(1.161.119)	(110.710)

h) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Títulos de renda fixa	50.743	115.003	73.179	128.950
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	28.275	69.425	28.275	33.581
Total	79.018	184.428	101.454	162.531

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Veículos (1)	6.242.613	32,67	5.719.800	29,78	6.242.613	32,67	5.719.800	29,78
Consignado (1)	7.482.976	39,16	7.183.950	37,41	7.482.976	39,16	7.183.950	37,39
Capital de giro	614.672	3,22	1.284.980	6,68	614.672	3,22	1.284.980	6,69
Financiamentos à exportação	236.300	1,24	433.551	2,26	236.300	1,24	433.551	2,26
Financiamentos habitacionais	320.873	1,68	459.956	2,39	320.873	1,68	459.956	2,39
Financiamento cartões de crédito (2)	1.619.136	8,47	1.524.116	7,92	1.619.136	8,47	1.524.116	7,93
Empréstimos com garantia imobiliária	473.397	2,48	579.915	3,02	473.397	2,48	579.915	3,02
Créditos vinculados à cessão (3)	397.810	2,08	236.959	1,22	397.810	2,08	236.959	1,24
Empreendimentos imobiliários	69.270	0,36	114.560	0,61	69.270	0,36	114.560	0,61
Crédito pessoal (1)	330	-	4.570	0,02	330	-	4.570	0,02
Renegociações	106.416	0,56	80.257	0,42	106.416	0,56	80.257	0,42
Operações de arrendamento mercantil (4)	-	-	-	-	144	-	635	-
Conta garantida	639.151	3,34	568.097	2,96	639.151	3,34	568.097	2,96
Total das operações de crédito	18.202.944	95,26	18.190.711	94,69	18.203.088	95,26	18.191.346	94,71
Outros créditos (5)	850.866	4,45	831.619	4,34	852.570	4,45	831.619	4,32
ACC e rendas a receber (6)	55.437	0,29	186.020	0,97	55.437	0,29	186.020	0,97
Subtotal	19.109.247	100,00	19.208.350	100,00	19.111.095	100,00	19.208.985	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	32.648	-	168.718	-	32.648	-	168.718	-
Total	19.141.895	-	19.377.068	-	19.143.743	-	19.377.703	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8fII);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Banco	Níveis de risco										Total em 30/06/2018	Total em 30/06/2017
	Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	997.304	446.152	400.746	248.897	119.074	76.476	55.481	319.395		2.663.525	2.396.150
01 a 30	-	16.765	19.512	21.569	18.238	5.710	4.561	2.679	14.726		103.760	103.292
31 a 60	-	40.272	18.469	18.776	20.904	5.638	3.225	2.389	13.370		123.043	114.139
61 a 90	-	36.494	17.922	16.286	9.874	5.508	3.044	2.339	12.656		104.123	111.455
91 a 180	-	108.110	50.758	48.224	29.023	17.451	8.963	6.639	37.747		306.915	274.320
181 a 365	-	187.513	86.651	84.062	49.722	25.358	15.906	11.177	65.057		525.446	477.563
Acima de 365	-	608.150	252.840	211.829	121.136	59.409	40.777	30.258	175.839		1.500.238	1.315.381
Parcelas Vencidas	-	58.726	148.751	78.603	203.768	185.608	153.185	136.216	429.228		1.394.085	1.341.942
01 a 14	-	49.882	4.375	10.151	6.216	4.233	1.581	1.073	5.637		83.148	146.582
15 a 30	-	8.844	138.400	8.975	65.700	2.578	1.817	1.398	8.913		236.625	172.518
31 a 60	-	-	5.976	53.948	60.259	83.777	3.391	2.666	15.181		225.198	103.607
61 a 90	-	-	-	4.096	62.185	7.048	13.513	2.753	15.458		105.053	175.377
91 a 180	-	-	-	1.433	4.472	34.575	100.728	29.078	77.502		247.788	179.659
181 a 365	-	-	-	-	-	1.637	2.954	3.584	251.911		260.086	440.046
Acima de 365	-	-	-	-	4.936	51.760	29.201	95.664	54.626		236.187	124.153
Subtotal	-	1.056.030	594.903	479.349	452.665	304.682	229.661	191.697	748.623		4.057.610	3.738.092
Provisão Requerida	-	5.280	5.949	14.381	45.266	91.405	114.831	134.189	748.622		1.159.923	1.072.754

	Níveis de risco										Total em 30/06/2018	Total em 30/06/2017
	Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	14.372.783	328.602	144.808	82.745	16.752	57.982	17.278	30.687		15.051.637	15.470.258
01 a 30	-	1.874.228	32.072	37.735	4.311	742	1.007	494	3.783		1.954.372	2.020.156
31 a 60	-	520.350	20.837	21.228	1.596	355	278	237	1.176		566.057	641.839
61 a 90	-	488.145	20.701	10.258	1.531	882	255	246	963		522.981	641.265
91 a 180	-	1.294.096	53.655	13.456	25.582	1.140	2.633	532	1.843		1.392.937	1.567.224
181 a 365	-	2.104.040	72.729	18.952	18.281	1.647	38.887	754	2.319		2.257.609	2.349.803
Acima de 365	-	8.091.924	128.608	43.179	31.444	11.986	14.922	15.015	20.603		8.357.681	8.249.971
Subtotal	-	14.372.783	328.602	144.808	82.745	16.752	57.982	17.278	30.687		15.051.637	15.470.258
Provisão Requerida	-	71.864	3.286	4.344	8.275	5.025	28.991	12.094	30.688		164.567	180.139
Total (1)	-	15.428.813	923.505	624.157	535.410	321.434	287.643	208.975	779.310		19.109.247	19.208.350
Total Provisão	-	77.144	9.235	18.725	53.541	96.430	143.822	146.283	779.310		1.324.490	1.252.893

Consolidado	Níveis de risco										Total em 30/06/2018	Total em 30/06/2017
	Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	997.304	446.152	400.746	248.897	119.074	76.476	55.481	319.426		2.663.556	2.396.261
01 a 30	-	16.765	19.512	21.569	18.238	5.710	4.561	2.679	14.731		103.765	103.309
31 a 60	-	40.272	18.469	18.776	20.904	5.638	3.225	2.389	13.375		123.048	114.150
61 a 90	-	36.494	17.922	16.286	9.874	5.508	3.044	2.339	12.661		104.128	111.466
91 a 180	-	108.110	50.758	48.224	29.023	17.451	8.963	6.639	37.763		306.931	274.334
181 a 365	-	187.513	86.651	84.062	49.722	25.358	15.906	11.177	65.057		525.446	477.591
Acima de 365	-	608.150	252.840	211.829	121.136	59.409	40.777	30.258	175.839		1.500.238	1.315.411
Parcelas Vencidas	-	58.726	148.751	78.603	203.768	185.608	153.185	136.216	429.322		1.394.179	1.342.103
01 a 14	-	49.882	4.375	10.151	6.216	4.233	1.581	1.073	5.642		83.153	146.595
15 a 30	-	8.844	138.400	8.975	65.700	2.578	1.817	1.398	8.913		236.625	172.518
31 a 60	-	-	5.976	53.948	60.259	83.777	3.391	2.666	15.186		225.203	103.629
61 a 90	-	-	-	4.096	62.185	7.048	13.513	2.753	15.463		105.058	175.394
91 a 180	-	-	-	1.433	4.472	34.575	100.728	29.078	77.557		247.843	179.691
181 a 365	-	-	-	-	-	1.637	2.954	3.584	251.935		260.110	440.123
Acima 365	-	-	-	-	4.936	51.760	29.201	95.664	54.626		236.187	124.153
Subtotal	-	1.056.030	594.903	479.349	452.665	304.682	229.661	191.697	748.748		4.057.735	3.738.364
Provisão Requerida	-	5.280	5.949	14.381	45.266	91.405	114.831	134.189	748.747		1.160.048	1.072.983

	Níveis de risco										Total em 30/06/2018	Total em 30/06/2017
	Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	1.704	14.372.783	328.602	144.808	82.745	16.752	57.982	17.278	30.706		15.053.360	15.470.621
01 a 30	1.704	1.874.228	32.072	37.735	4.311	742	1.007	494	3.786		1.956.079	2.020.212
31 a 60	-	520.350	20.837	21.228	1.596	355	278	237	1.179		566.060	641.888
61 a 90	-	488.145	20.701	10.258	1.531	882	255	246	966		522.984	641.308
91 a 180	-	1.294.096	53.655	13.456	25.582	1.140	2.633	532	1.853		1.392.947	1.567.327
181 a 365	-	2.104.040	72.729	18.952	18.281	1.647	38.887	754	2.319		2.257.609	2.349.895
Acima de 365	-	8.091.924	128.608	43.179	31.444	11.986	14.922	15.015	20.603		8.357.681	8.249.991
Subtotal	1.704	14.372.783	328.602	144.808	82.745	16.752	57.982	17.278	30.706		15.053.360	15.470.621
Provisão Requerida	-	71.864	3.286	4.344	8.275	5.025	28.991	12.094	30.707		164.586	180.141
Total (1)	1.704	15.428.813	923.505	624.157	535.410	321.434	287.643	208.975	779.454		19.111.095	19.208.985
Total Provisão	-	77.144	9.235	18.725	53.541	96.430	143.822	146.283	779.454		1.324.634	1.253.124

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do período	1.266.038	1.071.389	1.266.083	1.248.452
Saldo oriundo de Incorporação (2)	-	209.422	-	-
Constituição/reversão de provisão	603.508	511.053	603.609	574.192
Baixas contra a provisão	(471.640)	(491.393)	(471.642)	(521.942)
Saldo do fim do período	1.397.906	1.300.471	1.398.050	1.300.702
Créditos recuperados (1) (3)	98.410	106.049	103.270	111.388
Efeito no resultado (4)	(505.098)	(405.004)	(500.339)	(462.804)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN;

(3) No semestre findo em 30/06/2018, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 103.270 (sendo R\$ 98.410 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 172 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 4.688 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	16.985.208	88,88	15.864.416	82,59	16.985.208	88,88	15.864.418	82,59
Agroindústria	166.282	0,86	454.825	2,37	166.282	0,86	454.825	2,37
Açúcar e Etanol	96.538	0,51	221.326	1,15	96.538	0,51	221.326	1,15
Agronegócio e Proteína Animal	69.744	0,35	233.499	1,2	69.744	0,35	233.499	1,22
Comércio	312.743	1,64	524.819	2,73	312.743	1,64	524.842	2,73
Atacado e Varejo	312.743	1,64	524.819	2,73	312.743	1,64	524.842	2,73
Indústrias de Base	173.856	0,91	241.863	1,26	173.856	0,91	241.919	1,26
Autopeças	12.072	0,06	20.834	0,11	12.072	0,06	20834	0,11
Indústria Química	8.316	0,04	25.667	0,13	8.316	0,04	25.667	0,13
Outras Indústrias	67.048	0,35	117.550	0,61	67.048	0,35	117.606	0,61
Papel e Celulose	67.906	0,35	68.601	0,36	67.906	0,35	68.601	0,36
Têxtil	18.514	0,11	9.211	0,05	18.514	0,11	9.211	0,05
Serviços	1.471.158	7,71	2.122.427	11,05	1.473.006	7,71	2.122.981	11,05
Construção e Incorporação	736.321	3,85	1.262.382	6,58	738.025	3,85	1.262.382	6,58
Financeiros	175.279	0,92	147.436	0,77	175.279	0,92	147.436	0,77
Locação de Veículos	12.631	0,07	23.628	0,12	12.631	0,07	23.628	0,12
Mídia, TI e Telecom	4.388	0,02	5.564	0,03	4.388	0,02	5.564	0,03
Outros Serviços	424.276	2,22	505.596	2,63	424.420	2,22	506.150	2,63
Saúde, Segurança e Educação	713	0,01	21.949	0,11	713	0,01	21.949	0,11
Transporte e Logística	85.642	0,45	120.444	0,63	85.642	0,45	120.444	0,63
Utilitários	31.908	0,17	35.428	0,18	31.908	0,17	35.428	0,18
Total (1)	19.109.247	100,00	19.208.350	100,00	19.111.095	100,00	19.208.985	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a)

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	410.014	2,15	418.913	2,18	410.014	2,15	418.913	2,18
50 seguintes maiores devedores	816.038	4,27	1.063.590	5,54	816.038	4,27	1.063.590	5,54
100 seguintes maiores devedores	558.367	2,92	964.556	5,02	558.367	2,92	964.556	5,02
Demais devedores	17.324.828	90,66	16.761.291	87,26	17.326.676	90,66	16.761.926	87,26
Total	19.109.247	100,00	19.208.350	100,00	19.111.095	100,00	19.208.985	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Banco e Consolidado	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Veículos	-	-	-	751.918	592.687	159.231
Consignado	3.946.185	2.782.853	1.163.332	5.859.823	4.213.741	1.646.082
Total (Nota 8g)	3.946.185	2.782.853	1.163.332	6.611.741	4.806.428	1.805.313

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:**Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08**

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 397.810, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 236.958 em 30/06/2017), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 534.330 (R\$ 302.033 em 30/06/2017) (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	1.163.332	1.805.313	1.163.332	1.805.313
Crédito direto ao consumidor	1.108.041	696.892	1.108.041	696.892
Empréstimos em consignação	531.275	956.995	531.275	956.995
Cartão de crédito	358.261	347.284	358.261	347.284
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (1)	(106.123)	3.445	(106.123)	3.445
Financiamento à exportação	47.052	71.444	47.052	71.444
Capital de giro/Conta Garantida	85.723	159.027	85.723	159.027
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	98.410	106.049	103.270	111.388
Crédito pessoal	120	1.719	120	1.719
Renegociações	10.646	7.940	10.646	7.940
Habitacionais	7.714	317	7.714	19.439
Rendas de empreendimentos imobiliários	2.464	-	2.464	3.082
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	42.299	-	42.299	41.750
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	8	335
Outras	96	239	96	239
Total	3.349.310	4.156.664	3.354.178	4.226.292

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado, veículos e crédito pessoal.

(2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO**a) Saldos patrimoniais:**

Banco e Consolidado	30/06/2018	30/06/2017
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	51.097	175.867
Rendas a receber	11.682	14.553
Total do Ativo	62.779	190.420
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	43.755	172.322
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(43.755)	(171.467)
Total do Passivo	-	855

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de financiamento à exportação	28.399	82.292
Variação Cambial	(17.252)	(66.515)
Total	11.147	15.777

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	30/06/2018	30/06/2017
Tranches 95 e 96 (1)	01/05/2023	TR	8,65	3.653	4.437
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	7.681	15.107
Total				11.334	19.544

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Créditos tributários (Nota 32b)	2.798.656	2.980.145	3.047.270	3.243.550
Valores a receber por cessão de créditos	1.259.113	1.429.066	1.259.113	1.429.066
Títulos e créditos a receber (1)	850.866	831.619	852.570	831.619
Depósitos judiciais e fiscais	235.590	240.278	261.941	269.819
Impostos e contribuições a compensar	200.223	200.192	253.642	246.106
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	101.896	109.048	101.896	109.048
Valores a receber de sociedades ligadas	37.314	42.054	35.381	40.206
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	7.482	10.750	8.173	11.442
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	9.254	3.750
Adiantamentos e antecipações salariais	848	842	892	890
Outros	103.786	88.724	105.482	90.518
Total	5.595.774	5.932.718	5.935.614	6.276.014

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 618.610 (R\$ 604.991 em 30/06/2017). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 232.256 (R\$ 226.628 no Banco e Consolidado em 30/06/2017);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2018 é de R\$ 71.444 (R\$ 44.335 em 30/06/2017); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 1.972 (R\$ 3.093 em 30/06/2017) (Nota 8c); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS**a) Bens não de uso próprio e outros:**

Valor Residual	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	30/06/2018	30/06/2017	Custo	Provisão para perdas	30/06/2018	30/06/2017
Bens não de uso próprio	401.484	(59.130)	342.354	330.892	412.839	(60.355)	352.484	344.843
Veículos	23.167	(43)	23.124	24.408	23.202	(801)	22.401	23.499
Veículos em regime especial	15.478	(13.541)	1.937	7.227	16.317	(13.541)	2.776	8.336
Imóveis	320.877	(38.633)	282.244	293.766	331.358	(39.100)	292.258	307.517
Imóveis em regime especial	41.962	(6.913)	35.049	5.491	41.962	(6.913)	35.049	5.491
Outros bens	299	-	299	488	299	-	299	488
Total de outros valores e bens	401.783	(59.130)	342.653	331.380	413.138	(60.355)	352.783	345.331

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	103.511	212.215	106.307	215.865
Gastos na emissão de títulos no Exterior	2.656	4.174	2.656	4.174
Outras	17.187	15.035	17.294	16.808
Total	123.354	231.424	126.257	236.847

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN	Cotas			%	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	Semestre findo em	
												30/06/2018	30/06/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.736	352.515	11	-	-	100,00	1.608	352.515	252.171	1.608	(3.402)		
Pan Administradora de Consórcio (2)	42.388	46.826	-	-	48.168	100,00	1.759	46.826	45.771	1.759	3.137		
Brazilian Securities Companhia de Securitização (3)(4)	174.201	210.610	77.865	-	-	100,00	(1.801)	212.036	208.951	(1.801)	(8.067)		
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	166.098	0,2	0,5	-	100,00	6.963	166.098	156.592	6.963	3.860		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	218.593	-	-	179.864	100,00	11.709	221.161	207.956	11.709	3.549		
Stone Pagamentos S.A. (4)(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	45.352	-	(3.257)		
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.995)		
Total								998.636	916.793	20.238	(70.175)		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2018 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 3.994, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. R\$ 2.568 e Brazilian Securities Companhia de Securitização R\$ 1.426;

(4) Empresa auditada por outro auditor independente;

(5) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33g); e

(6) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 e homologado pelo BACEN em 16/11/2017.

b) Outros Investimentos:

Composto basicamente por investimento detido na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

14) IMOBILIZADO**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2018	30/06/2017
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	41.873	(25.178)	16.695	24.228
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.782	(758)	1.024	881
Sistemas de processamento de dados	20%	26.168	(17.588)	8.580	8.270
Total em 30/06/2018 (Banco e Consolidado)		69.823	(43.524)	26.299	-
Total em 30/06/2017 (Banco)		71.683	(38.304)	-	33.379
Total em 30/06/2017 (Consolidado)		71.721	(38.342)	-	33.379

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco e Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690
Aquisições	261	315	3.763	4.339
Baixas	(1.009)	-	(104)	(1.113)
Depreciação	(2.522)	(98)	(1.997)	(4.617)
Saldo em 30/06/2018	16.695	1.024	8.580	26.299

15) INTANGÍVEL

No semestre encerrado em 30/06/2018, foram amortizados ágios no montante de R\$ 11.476 no Banco PAN e R\$ 12.526 no Consolidado (Nota 27b).

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2018	30/06/2017
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	155.615	(98.946)	56.669	40.039
Ágio	10%	229.514	(135.796)	93.718	116.669
Total em 30/06/2018		385.129	(234.742)	150.387	-
Total em 30/06/2017		350.482	(193.774)	-	156.708

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2018	30/06/2017
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	156.445	(99.568)	56.877	40.793
Ágio	10%	250.532	(148.231)	102.301	127.354
Total em 30/06/2018		406.977	(247.799)	159.178	-
Total em 30/06/2017		372.827	(204.680)	-	168.147

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	40.611	105.194	145.805
Adições	26.270	-	26.270
Baixas	(369)	-	(369)
Amortização	(9.843)	(11.476)	(21.319)
Saldo em 30/06/2018	56.669	93.718	150.387

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	40.844	114.827	155.671
Adições	26.270	-	26.270
Baixas	(369)	-	(369)
Amortização	(9.868)	(12.526)	(22.394)
Saldo em 30/06/2018	56.877	102.301	159.178

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos à vista (1)	21.599	-	-	-	-	21.599	43.975
Depósitos interfinanceiros	8.159.857	105.448	55.773	42.306	48.134	8.411.518	12.018.564
Depósitos a prazo (2)	76.756	442.072	355.541	1.024.972	5.391.206	7.290.547	3.651.356
Total em 30/06/2018	8.258.212	547.520	411.314	1.067.278	5.439.340	15.723.664	-
Total em 30/06/2017	11.899.009	144.574	108.373	146.123	3.415.816	-	15.713.895

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos à vista (1)	21.562	-	-	-	-	21.562	43.939
Depósitos interfinanceiros	7.946.930	105.441	55.718	6.755	48.134	8.162.977	11.981.281
Depósitos a prazo (2)	76.756	435.832	347.597	1.010.472	5.114.954	6.985.612	3.453.658
Total em 30/06/2018	8.045.248	541.273	403.315	1.017.227	5.163.088	15.170.151	-
Total em 30/06/2017	11.898.958	144.574	108.356	108.840	3.218.150	-	15.478.878

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Carteira Própria	790.957	-	-	-	106.160	897.117	1.110.979
Letras do Tesouro Nacional – LTN	192.815	-	-	-	-	192.815	651.368
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	464.633	-	-	-	106.160	570.793	305.191
Notas do Tesouro Nacional – NTN	133.509	-	-	-	-	133.509	154.420
Carteira de Terceiros	6.000	-	-	-	-	6.000	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.000	-	-	-	-	6.000	-
Carteira Livre Movimentação	753	-	-	-	-	753	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	753	-	-	-	-	753	-
Total em 30/06/2018	797.710	-	-	-	106.160	903.870	-
Total em 30/06/2017	1.011.497	-	-	-	99.482	-	1.110.979

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Carteira Própria	790.957	-	-	-	98.458	889.415	1.103.852
Letras do Tesouro Nacional – LTN	192.815	-	-	-	-	192.815	651.368
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	464.633	-	-	-	98.458	563.091	298.064
Notas do Tesouro Nacional – NTN	133.509	-	-	-	-	133.509	154.420
Carteira de Terceiros	6.000	-	-	-	-	6.000	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.000	-	-	-	-	6.000	-
Carteira Livre Movimentação	753	-	-	-	-	753	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	753	-	-	-	-	753	-
Total em 30/06/2018	797.710	-	-	-	98.458	896.168	-
Total em 30/06/2017	1.011.497	-	-	-	92.355	-	1.103.852

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Letras Financeiras – LF	92.356	5.316	41.010	149.393	161.465	449.540	826.598
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	91	194	-	25	79.366	79.676	148.681
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	68.925	130.036	244.297	108.412	370.629	922.299	1.566.632
Total em 30/06/2018	161.372	135.546	285.307	257.830	611.460	1.451.515	-
Total em 30/06/2017	233.792	403.860	399.123	694.204	810.932	-	2.541.911

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	7	19	19	31	3.967	4.043	7.162
Letras Financeiras – LF	92.356	5.316	41.010	149.393	161.465	449.540	826.598
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	91	194	-	25	79.366	79.676	148.681
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	68.925	130.036	244.297	108.411	370.630	922.299	1.512.557
Total em 30/06/2018	161.379	135.565	285.326	257.860	615.428	1.455.558	-
Total em 30/06/2017	211.214	400.216	371.611	694.524	817.433	-	2.494.998

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos interfinanceiros	279.565	724.000	271.976	722.541
Depósitos a prazo	356.855	300.164	348.612	289.137
Letras financeiras	30.380	62.807	30.380	62.807
Variação cambial	250.231	22.428	250.231	22.428
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas subordinadas	79.453	69.833	79.453	69.833
Letras de crédito imobiliário	33.527	45.377	33.527	85.476
Operações compromissadas	28.373	86.265	28.129	86.040
Letras de crédito do agronegócio	2.564	11.866	2.564	11.866
Captações no exterior – Dívida subordinada	(31.979)	4.604	(31.979)	4.604
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	5.143	3.334	5.143	3.846
Créditos cedidos com retenção de risco	15.230	27.982	15.230	27.982
Total	1.049.342	1.358.660	1.033.266	1.386.560

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Banco e Consolidado	30/06/2018	30/06/2017
Recebimentos e pagamentos a liquidar	593.017	598.928
Correspondentes no país (1)	187.194	235.732
Total	780.211	834.660

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Até out/17 a empresa Brazilian Securities possuía uma operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tal operação era objeto de *hedge* contábil. No primeiro semestre de 2017 essa operação gerou uma despesa de juros de R\$ (4.699) juntamente com uma despesa de variação cambial de R\$ (1.919).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					30/06/2018	30/06/2017
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.806.986	1.604.232
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	-	18.280
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	177.586	163.635
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	783	724
Total					1.985.355	1.786.871

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 31.979 no semestre findo em 30/06/2018 (despesa de R\$ 4.604 no semestre findo em 30/06/2017). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 e liquidadas em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)**Provisões classificadas como perda provável:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Processos cíveis	270.282	235.715	283.820	248.219
Processos trabalhistas	346.105	197.947	368.473	211.722
Processos tributários	1.086	1.909	24.399	17.572
Total (Nota 21b)	617.473	435.571	676.692	477.513

II. Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	281.191	358.731	931	640.853
Baixas	(65.959)	(76.947)	(6)	(142.912)
Constituições líquidas de reversões	55.050	64.321	161	119.532
Saldo em 30/06/2018	270.282	346.105	1.086	617.473

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659
Baixas	(69.722)	(77.347)	(39)	(147.108)
Constituições líquidas de reversões	58.574	64.307	1.260	124.141
Saldo em 30/06/2018	283.820	368.473	24.399	676.692

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Os processos aguardam resultado da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo, em seguida, ocorrer o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro aguarda publicação de acórdão de julgamento que reconheceu parcialmente a procedência de Recurso Voluntário, para que o Banco PAN S.A. possa apresentar Recurso de Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o segundo aguarda julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
COFINS a recolher	6.470	14.591	7.152	15.059
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.743	6.373	6.783	6.475
Impostos e contribuições sobre salários	8.920	6.029	8.955	6.053
PIS a recolher	1.051	2.371	1.176	2.455
ISS a recolher	1.169	1.309	1.232	1.345
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	400	1.212	400	1.212
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.237	1.801	13.851	15.555
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	84.764	83.760
Total	29.990	33.686	124.313	131.914

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Cessão com retenção de riscos (1)	534.330	302.033	534.330	302.033
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	617.473	435.571	676.692	477.513
Provisão para pagamentos a efetuar	579.148	600.460	579.866	601.730
Arrecadação de cobrança	83.372	79.045	83.613	79.285
Valores a pagar a sociedades ligadas	7.311	6.194	6.621	5.708
Operações com cartão de crédito	19.052	13.604	19.052	13.604
Valores específicos de consórcio	-	-	7.849	7.978
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	-	150	-	150
Outros	41.306	48.963	41.941	49.196
Total	1.881.992	1.486.020	1.949.964	1.537.197

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f - II).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.653.409 em 30/06/2018 e R\$ 3.460.732 em 30/06/2017. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Ordinárias	657.560.635	535.029.747
Preferenciais	484.245.486	394.010.416
Total	1.141.806.121	929.040.163

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

O BACEN aprovou em 18/04/2018 (publicado no Diário Oficial em 20/04/2018) o aumento de capital em ON e PN homologado em 07/02/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, tal aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

Quantidade de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 30/06/2017	535.029.747	394.010.416	929.040.163
Aumento de Capital	122.530.888	90.235.070	212.765.958
Após o aumento de capital	657.560.635	484.245.486	1.141.806.121

O aumento de capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33h.

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio para o período findo em 30/06/2018.

	30/06/2018	% (1)
Lucro líquido antes da reserva legal	98.764	
(-) Reserva Legal	(4.938)	
Base de cálculo	93.827	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	38.634	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(5.795)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	32.839	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito	74.716	104.943	74.735	104.972
Rendas de cartão	62.462	60.760	62.462	60.760
Rendas de intermediação de negócios	21.548	30.581	21.548	30.581
Administração de consórcios	-	-	13.931	10.121
Outras	6.231	5.393	6.339	6.788
Total	164.957	201.677	179.015	213.222

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Proventos	131.189	149.530	131.609	150.619
Encargos sociais	36.442	48.625	36.597	49.439
Benefícios	29.990	35.067	30.183	35.537
Honorários (Nota 29b)	6.302	7.335	6.302	9.108
Outros	1.270	1.396	1.271	1.401
Total	205.193	241.953	205.962	246.104

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	466.116	751.434	469.757	753.209
Serviços de terceiros	104.127	104.140	113.976	114.728
Serviços do sistema financeiro	65.945	83.654	66.469	86.382
Processamento de dados	87.319	84.822	87.416	85.429
Aluguéis	19.987	21.882	20.179	22.112
Comunicações	23.027	22.526	23.187	22.620
Depreciação e amortização	14.461	16.815	14.486	17.060
Propaganda, promoções e publicidade	14.346	11.752	14.648	12.617
Despesas com busca e apreensão de bens	14.312	21.173	14.349	21.173
Manutenção e conservação de bens	2.656	2.485	2.661	2.489
Viagens	1.026	1.951	1.030	1.967
Transporte	2.298	3.094	2.308	3.107
Taxas e emolumentos	2.126	1.968	2.621	4.290
Materiais de consumo	436	446	436	446
Outras	56.737	49.170	58.860	56.327
Total	874.919	1.177.312	892.383	1.203.956

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Contribuição à COFINS	60.398	95.448	63.773	98.431
Contribuição ao PIS	7.247	9.178	7.543	9.476
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	9.814	15.510	10.441	16.039
Impostos e taxas	1.914	2.028	3.852	9.681
Total	79.373	122.164	85.609	133.627

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras receitas operacionais:**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de encargos e despesas	76.054	63.036	76.759	65.453
Varição monetária ativa / cambial	18.938	12.990	20.572	16.080
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	(1.136)	6.046
Reversão de provisões	666	10.901	4.145	14.152
Outras	2.582	10.209	7.737	17.103
Total	98.240	97.136	108.077	118.834

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Cessão de operações de crédito	621.226	664.155	621.226	668.812
Constituição de provisões	119.886	138.259	129.559	165.063
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	23.154	29.800	23.154	29.869
Varição monetária passiva / cambial	20.765	37.572	20.765	37.576
Descontos concedidos	17.479	26.845	17.479	26.853
Amortização de ágio (Nota 15a)	11.476	6.846	12.526	12.526
Gravames	8.917	10.849	8.945	10.870
Outras	16.642	9.932	17.870	12.276
Total	839.545	924.258	851.524	963.845

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado na alienação de outros valores e bens	(9.496)	2.393	(9.285)	102
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	5.477	3.600	5.600	5.032
Impairment de ativos não financeiros	(1.113)	(10.303)	(1.113)	(10.376)
Outros	14	4	14	38
Total	(5.118)	(4.306)	(4.784)	(5.204)

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

Banco	Prazo máximo	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)		460.038	151.474	8.755	42.895
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	150.000	8.148	4.276
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	Sem prazo	-	-	-	35.076
Caixa Econômica Federal	02/07/2018	460.038	-	607	2.775
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	1.474	-	768
Cessão de crédito (b)		1.259.113	1.257.609	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.259.113	1.257.609	-	-
Outros créditos		11.310	44.780	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	34.802	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	3.975	5.163	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	26	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	23	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	-	7	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (c)(d)	Sem prazo	2.843	429	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(d)	Sem prazo	128	40	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (c)(e)	Sem prazo	4.340	4.076	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	214	-	-
Depósitos à vista (f)		(403)	(1.740)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(332)	(1.674)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(33)	(30)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(24)	(19)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(10)	(10)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(1)	(4)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(1)	(1)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(2)	(2)	-	-
Depósitos interfinanceiros (g)		(8.133.616)	(11.847.954)	(272.838)	(714.572)
Banco BTG Pactual S.A.	02/07/2018	(65.005)	(1.100.000)	(1.615)	(55.548)
Caixa Econômica Federal	26/07/2018	(7.820.070)	(10.710.672)	(263.634)	(657.566)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	06/06/2019	(248.541)	(37.282)	(7.589)	(1.458)
Depósitos a prazo (h)		(354.946)	(241.745)	(10.096)	(13.183)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/06/2021	(14.708)	(40.049)	(661)	(2.107)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	12/06/2021	(40.677)	(34.978)	(1.223)	(1.893)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	12/06/2021	(139.508)	(92.841)	(3.786)	(5.028)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	04/06/2021	(120.752)	(65.459)	(3.025)	(3.884)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	04/06/2021	(3.998)	(4.422)	(210)	(222)
Banco BTG Pactual S.A.	20/06/2022	(33.112)	(2.634)	(1.127)	(38)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.191)	(1.362)	(64)	(11)
Obrigações por operações compromissadas		(7.702)	(367.228)	(1.428)	(16.701)
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	(360.003)	(972)	(16.364)
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	(98)	(212)	(112)
Pan Administradora de Consórcio Ltda	01/03/2023	(7.702)	(7.127)	(244)	(225)

Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)		(29.292)	(172.275)	(1.251)	(9.301)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(24.477)	(81.768)	(1.109)	(4.684)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	-	(54.075)	-	(2.644)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.815)	(36.432)	(142)	(1.973)
Instrumentos financeiros derivativos (j)		103.044	2.725	(130.089)	(20.272)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	-	10.912	-	2.501
Banco BTG Pactual S.A.	22/04/2020	103.044	(8.187)	(130.089)	(22.773)
Outras obrigações		(7.312)	(6.194)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(6.621)	(5.708)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(691)	(55)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(6)	(6)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(425)	(425)	-	-
Receita de prestação de serviços (k)		-	-	23.133	31.158
Pan Seguros S.A.	-	-	-	21.432	30.868
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	187	290
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.514	-
Despesa de pessoal		-	-	(140)	(162)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(140)	(162)
Outras despesas administrativas		-	-	(14.045)	(24.222)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(3.114)	(12.935)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.197)	(305)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(80)	(44)
Tecban S.A.	-	-	-	(750)	(303)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(8.904)	(10.635)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	938.224	1.727.429
Caixa Econômica Federal	-	-	-	938.224	1.727.429

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(c) Refere-se a saldo oriundo de cessão de crédito, no montante de R\$ 583;

(d) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2018, sendo: R\$ 2.996 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 2.260 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 121 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(e) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., conforme AGE de 18/09/2013;

(f) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(h) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(i) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 95,79% do CDI;

(j) Referem-se às operações de *swap*; e

(k) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

Consolidado	Prazo máximo	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)		156	285	-	-
Caixa Econômica Federal	01/01/2019	156	285	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		460.038	150.000	8.755	7.051
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	-	8.148	4.276
Caixa Econômica Federal	02/07/2018	460.038	150.000	607	2.775
Cessão de crédito (c)		1.259.113	1.257.609	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.259.113	1.257.609	-	-
Outros créditos		3.999	40.205	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	34.802	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	3.975	5.163	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	26	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	214	-	-
Depósitos à vista (d)		(365)	(1.704)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(332)	(1.674)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(33)	(30)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(7.885.075)	(11.810.672)	(265.249)	(713.114)
Banco BTG Pactual S.A.	02/07/2018	(65.005)	(1.100.000)	(1.615)	(55.548)
Caixa Econômica Federal	26/07/2018	(7.820.070)	(10.710.672)	(263.634)	(657.566)
Depósitos a prazo (f)		(50.011)	(44.045)	(1.852)	(2.156)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/06/2021	(14.708)	(40.049)	(661)	(2.107)
Banco BTG Pactual S.A.	20/06/2022	(33.112)	(2.634)	(1.127)	(38)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.191)	(1.362)	(64)	(11)
Obrigações por operações compromissadas		-	(360.101)	(1.184)	(16.476)
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	(360.003)	(972)	(16.364)
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	(98)	(212)	(112)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(29.292)	(118.200)	(1.251)	(8.650)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(24.477)	(81.768)	(1.109)	(6.554)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.815)	(36.432)	(142)	(2.096)
Instrumentos financeiros derivativos (h)		103.044	(8.187)	(130.089)	(22.773)
Banco BTG Pactual S.A.	22/04/2020	103.044	(8.187)	(130.089)	(22.773)
Outras obrigações		(6.621)	(5.708)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(6.621)	(5.708)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	22.946	30.868
Pan Seguros S.A.	-	-	-	21.432	30.868
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.514	-
Despesa de Pessoal		-	-	(140)	(164)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(140)	(164)
Outras despesas administrativas		-	-	(14.045)	(24.222)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(3.114)	(12.935)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.197)	(305)

BTG Pactual Corretora	-	-	-	(80)	(44)
Tecban S.A.	-	-	-	(750)	(303)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(8.904)	(10.635)
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	938.224	1.727.429
Caixa Econômica Federal	-	-	-	938.224	1.727.429

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 95,79% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *swap*; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2018 foi aprovada a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2018, no montante de até R\$ 22.423 (R\$ 28.400 no exercício de 2017).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de honorários (Nota 24)	6.302	7.335	6.302	9.108
Contribuição ao INSS	1.418	1.650	1.418	2.049
Total	7.720	8.985	7.720	11.157

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de referência nível I	2.076.352	1.693.256
Capital Principal	2.076.352	1.693.256
Patrimônio de referência nível II	361.397	630.042
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.437.749	2.323.298
Patrimônio de referência	2.437.749	2.323.298
- Risco de crédito	15.313.026	17.962.887
- Risco de mercado	116.786	265.545
- Risco operacional	2.377.962	1.774.463
Ativo ponderado pelo risco – RWA	17.807.774	20.002.895
Índice de Basileia	13,69%	11,61%
Nível I	11,66%	8,47%
Nível II	2,03%	3,15%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2018

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(781)	(158.791)	(310.191)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(278)	(72.171)	(137.079)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(145)	(15.716)	(30.143)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(99)	(2.483)	(4.965)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(1)	(58)	(125)
Total em 30/06/2018		(1.304)	(249.219)	(482.503)
Total em 30/06/2017		(1.704)	(297.364)	(597.296)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2018 e 30/06/2017.

Ativos – Dólar	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito (ACC/CCE)	99.962	282.929
Outros Recebíveis	-	10.271
Total Ativos	99.962	293.200

Passivos – Dólar	30/06/2018	30/06/2017
Dívida subordinada	1.806.986	1.604.232
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	138.045
Total Passivos	1.806.986	1.742.277

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2018 e 30/06/2017, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.111.559	1.280.800	1.959.040	1.952.754
DDI	74.975	67.459	74.975	67.459
DOL	34.964	-	34.964	-
Opções	431	-	431	-
Total	1.221.929	1.348.259	2.069.410	2.020.214
Posição Vendida - Dólar				
Swap	25.568	107.512	25.505	90.243
DDI	112.541	251.488	112.541	251.488
DOL	62.158	39.091	62.158	39.091
Opções	155	-	155	-
Total	200.422	398.091	200.359	380.822

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.629.102	1.638.830	9.728	2.353.574	2.369.204	15.630
Ajuste de títulos para negociação	26.568	26.568	-	73.421	73.421	-
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.148.000	1.148.000	-	1.065.074	1.065.074	-
Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	454.534	464.262	9.728	1.215.079	1.230.709	15.630
Operações de crédito	19.143.743	18.434.775	(708.968)	19.377.703	19.609.374	231.671
Depósitos interfinanceiros	8.162.977	8.224.680	(61.703)	11.981.281	11.986.055	(4.774)
Depósitos a prazo	6.985.612	8.338.709	(1.353.097)	3.453.658	4.893.826	(1.440.168)
Recursos de emissão de títulos	1.455.558	1.459.000	(3.442)	2.494.998	2.495.625	(627)
Obrigações por empréstimos	-	-	-	138.045	138.045	-
Dívidas subordinadas	1.985.355	1.991.174	(5.819)	1.786.871	1.788.904	(2.033)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(2.123.301)			(1.200.301)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no semestre findo em 30/06/2018 representava R\$ 29.990 no Banco PAN e R\$ 30.183 no Consolidado (R\$ 35.067 no Banco PAN e R\$ 35.537 no Consolidado no semestre findo em 30/06/2017).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	207.311	137.592	218.133	102.583
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(93.290)	(61.916)	(95.074)	(56.756)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	9.107	(31.579)	-	(1.466)
Outros valores	(24.364)	2.366	(24.295)	2.102
Despesa/Receita de imposto de renda e contribuição social do período	(108.547)	(91.129)	(119.369)	(56.120)

(1) No consolidado à alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; e

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	994.099	244.581	(330.569)	908.111
Provisão para contingências cíveis	124.228	23.611	(31.472)	116.367
Provisão para contingências trabalhistas	152.198	26.536	(35.535)	143.199
Provisão para contingências tributárias	373	69	(8)	434
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.510	15.594	(4.172)	25.932
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	13.300	23.458	-	36.758
Outras provisões	331.292	58.578	(89.529)	300.341
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.630.000	392.427	(491.285)	1.531.142
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.270.329	-	(2.815)	1.267.514
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.900.329	392.427	(494.100)	2.798.656

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.008.738	245.348	(330.577)	923.509
Provisão para contingências cíveis	129.510	25.286	(33.278)	121.518
Provisão para contingências trabalhistas	160.288	27.716	(36.982)	151.022
Provisão para contingências tributárias	9.271	508	(21)	9.758
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.906	15.594	(4.227)	26.273
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	22.062	24.203	(233)	46.032
Outras provisões	332.725	65.032	(95.910)	301.847
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.677.500	403.687	(501.228)	1.579.959
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.473.836	60	(6.585)	1.467.311
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.151.336	403.747	(507.813)	3.047.270
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(84.682)	(192)	110	(84.764)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.066.654	403.555	(507.703)	2.962.506

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 03/08/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
2017	-	472.961	-	369	-	473.330
2018	347.234	673.414	240	411	347.474	673.825
2019	523.683	343.330	3.000	46.972	526.683	390.302
2020	385.232	177.300	3.600	100.152	388.832	277.452
2021	226.551	686	34.872	150.238	261.423	150.924
2022	6.694	5.503	103.384	140.160	110.078	145.663
2023	10.711	13.208	163.518	188.001	174.229	201.209
2024	15.044	13.208	183.309	202.716	198.353	215.924
2025	8.749	9.908	214.662	216.109	223.411	226.017
2026	5.114	-	271.755	210.515	276.869	210.515
2027	2.130	-	289.174	14.984	291.304	14.984
Total	1.531.142	1.709.518	1.267.514	1.270.627	2.798.656	2.980.145

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
2017	-	481.265	-	1.427	-	482.692
2018	355.169	683.461	1.303	1.737	356.472	685.198
2019	535.835	350.666	6.190	10.026	542.025	360.692
2020	391.935	181.072	18.852	84.899	410.787	265.971
2021	232.078	4.784	52.457	173.330	284.535	178.114
2022	8.357	8.556	123.419	181.939	131.776	190.495
2023	12.052	14.116	184.681	214.022	196.733	228.138
2024	16.572	14.117	205.791	235.349	222.363	249.466
2025	10.130	10.817	238.913	257.014	249.043	267.831
2026	6.495	444	295.744	251.135	302.239	251.579
2027	3.511	19.595	300.982	24.938	304.493	44.533
2028	7.824	-	-	-	7.824	-
Total	1.579.958	1.768.893	1.428.332	1.435.816	3.008.290	3.204.709

Em 30/06/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.718.338 e R\$ 1.826.788 no Consolidado (R\$ 1.991.970 no Banco PAN e R\$ 2.084.207 no Consolidado em 30/06/2017).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.980 (R\$ 38.841 em 30/06/2017), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2018, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (30/06/2017 – R\$ 1.141.506 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Banco PAN e no Consolidado (30/06/2017 - R\$ 456.602) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.272)	(192)	-	(6.464)
Superveniência de depreciação	(78.410)	-	110	(78.300)
Total (Nota 21a – 32b)	(84.682)	(192)	110	(84.764)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 286.407 em 30/06/2018 (R\$ 281.729 em 30/06/2017);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/06/2018 e 30/06/2017, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- h) A despeito da nova composição do capital social da Companhia, o controle compartilhado do Banco PAN não foi alterado de maneira que a Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) e o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) permanecem como co-controladores da Companhia, reforçando o compromisso em dar suporte ao Banco PAN na execução de seu plano de negócios.

Adicionalmente, conforme informado anteriormente pela Companhia, os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre findo em 30/06/2018.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre findo em 30/06/2018.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3f e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.



Banco Pan S.A.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeira.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32b)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,0 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios



Banco Pan S.A.

nas demonstrações financeiras.

adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos



Banco Pan S.A.

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Pan S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 1º semestre de 2018, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas Notas Explicativas. As atividades desenvolvidas ocorreram em conformidade com o Plano de Trabalho 2018, submetido ao Conselho de Administração, destacando que as tarefas se desenvolvem durante o exercício de 2018.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com as áreas estratégicas da Companhia, nos relatórios produzidos que explicitaram a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, bem como nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente. O Comitê também realizou questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração a temas importantes a Companhia.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a homologação do aumento de capital pelo BCB; o trabalho realizado na provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD; e os esforços em tecnologia para apoio as operações.

O Plano de Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, foi ratificado em relação aos saldos de créditos tributários. Da mesma forma, ainda em relação aos créditos tributários, a auditoria independente manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Instituição vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos relacionados a formalização e governança. A administração implantou novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.
- b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e,
- c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaborados conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 03 de agosto de 2018.

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA

Presidente

MARCELO YUGUE

Membro

ROGÉRIO BIMBI

Membro



**BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 59.285.411/0001-13
NIRE 35.300.012.879**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018, incluindo as notas explicativas e, com base: **(a)** no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 3 de agosto de 2018, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: **1** – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; **2** – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, com teste de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, controles automatizados das informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, que propiciaram evidência para execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; **3** – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 3,0 bilhões no Banco PAN S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 3 de agosto de 2018, conforme notas explicativas de nº 3n e 32b; **(b)** na reunião com os auditores independentes; e **(c)** na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance, o Conselho Fiscal do Banco é de opinião que esses documentos refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no semestre encerrado em 30 de junho de 2018, a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia no período mencionado.

São Paulo, 3 de agosto de 2018.

Paulo Roberto Salvador Costa

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Rodrigo Toledo Cabral Cota